

PODER

Advocacia-Geral da União diz ao STF que governo não tem condições de barrar o uso do benefício em apostas esportivas on-line, como determinou a Corte. Segundo o órgão, há barreiras técnicas que dificultam a implementação da medida

Sem freio para Bolsa Família em bets

» JULIANA SOUSA
» EDUARDA ESPOSITO



Conquanto louvável e necessária a preocupação com a situação econômica de indivíduos e famílias vulneráveis, a adoção de 'medidas imediatas' encontra barreiras de ordem prática de difícil superação"

Trecho do recurso da AGU

A Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou ao governo a criação de mecanismos para impedir o uso do Bolsa Família em apostas esportivas on-line, conhecidas como "bets". O órgão argumentou haver barreiras técnicas que dificultam a implementação da medida.

Em novembro, o ministro Luiz Fux determinou que o governo tome medidas para proibir que recursos do Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e outros programas sociais sejam direcionados ao pagamento dessa modalidade de apostas. A decisão foi confirmada por unanimidade pelo plenário.

"Conquanto louvável e necessária a preocupação com a situação econômica de indivíduos e famílias vulneráveis, a adoção de 'medidas imediatas' encontra barreiras de ordem prática de difícil superação", disse a AGU na manifestação enviada à Corte na noite da quinta-feira.

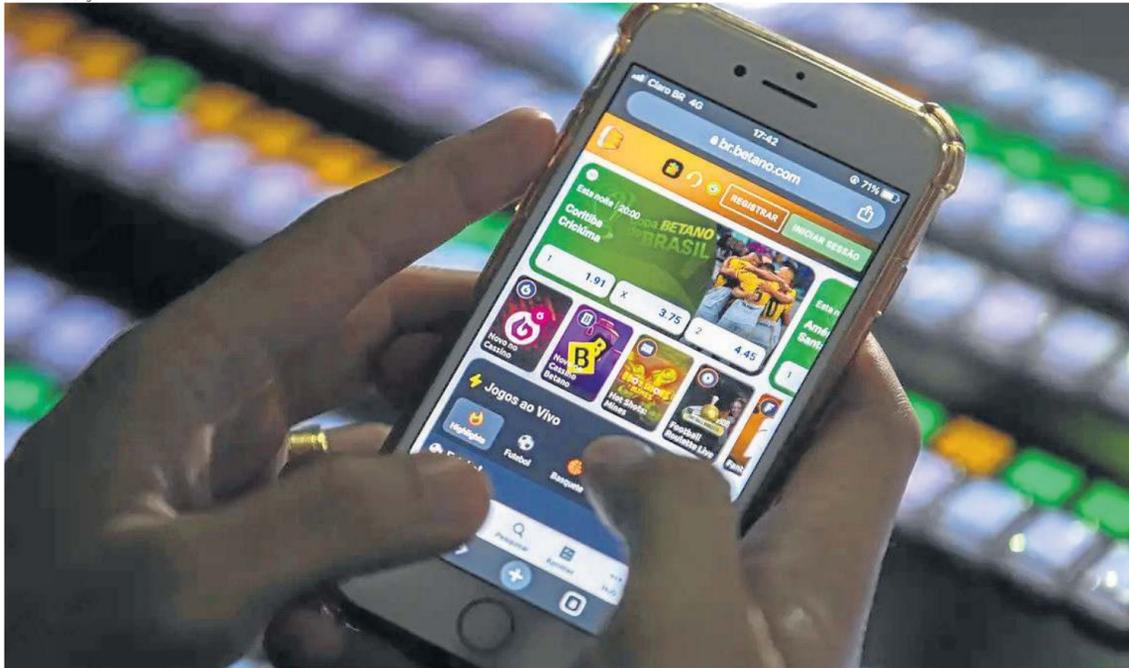
Segundo o órgão, é impossível diferenciar o dinheiro do Bolsa Família de outras rendas

depositadas na mesma conta bancária das famílias beneficiadas, o que inviabiliza o controle do uso específico dos recursos.

Além disso, a AGU destacou que, após o repasse do benefício, os valores passam a ser de propriedade do titular da conta, eliminando qualquer possibilidade de interferência, por parte do poder público, na destinação dos recursos.

A petição foi apresentada por meio de embargos de

Joédson Alves/Agência Brasil



A decisão do Supremo foi deferida no âmbito de ações que contestam a Lei das Bets, que regulamenta a atividade no Brasil

Saiba mais

Lei das Bets

A liminar do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF) foi deferida no âmbito de ações da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços

e Turismo (CNC), do partido Solidariedade e da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra a Lei das Bets, que regulamenta a atividade no país. Antes de proferir a liminar, o ministro conduziu audiências públicas para ouvir especialistas sobre o tema.

declaração — ferramenta jurídica que solicita esclarecimentos sobre decisão judicial. No recurso, a AGU pede orientações mais claras sobre como o governo deve cumprir a determinação e um "prazo razoável" para implementar as regras.

O órgão pediu que a Corte esclareça quais programas sociais são alcançados pela decisão e se os estados autorizados a explorar as "bets" também são obrigados a cumprir a decisão.

"Além dos diversos programas de benefícios sociais existentes na esfera federal, que não foram exaustivamente especificados no julgado, há também inúmeros benefícios estaduais, não sem o possível depreender da decisão em exame se estes também devem ser incluídos no impedimento de utilização de seus recursos para a realização de apostas de quota fixa", frisou.

Os argumentos apresentados pela AGU se baseiam em

pareceres técnicos da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), vinculada ao Ministério da Fazenda, e da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Social. Ambas reforçam a inviabilidade prática do cumprimento imediato da ordem judicial.

O Banco Central afirmou que é possível vedar o uso de cartões de débito para pagar as "bets", mas ponderou que a medida teria eficácia limitada porque as apostas poderiam ser realizadas por outros meios, como cartões pré-pagos e Pix.

O recurso agora será analisado por Fux, que pode decidir de forma individual ou submeter o caso ao plenário do STF. Ainda não há prazo definido para a conclusão da análise.

A preocupação com o uso do Bolsa Família em bets surgiu após o Banco Central revelar que cinco milhões de beneficiários

do programa apostaram cerca de R\$ 3 bilhões em agosto deste ano.

Sistema integrado

Na avaliação do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), a proibição de usuários do Bolsa Família é possível, sim, graças à integração dos sistemas das bets com o governo.

"Agora, com o cadastro das bets em que a Receita Federal tem todo o mecanismo para saber quem são os apostadores porque o cadastro é feito com o CPF, dá para identificar os usuários do Bolsa Família. Não pode a empresa de aposta aceitar, precisa ser bloqueado", comentou ao **Correio**.

O parlamentar tem um projeto de lei, em tramitação na Câmara, que prevê o bloqueio de cadastro em casas de apostas para usuários do Bolsa Família e CadÚnico. **(Com Agência Estado)**

Cadu Gomes/VP



Alckmin destacou que a população está com "mais salário, mais renda e vivendo melhor"

Alckmin: "Nossa indústria tirou nota 10"

» FERNANDA STRICKLAND



Maior aumento de vendas de eletrodomésticos em 10 anos e maior volume de vendas de automóveis entre os 10 maiores mercados do mundo. Nesta sexta-feira, 13, quem se assusta são os pessimistas"

Geraldo Alckmin, ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

O ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, usou as redes sociais, ontem, para destacar duas conquistas da indústria brasileira. Em uma publicação no X (antigo Twitter), em que cita o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ele celebrou o maior aumento de vendas de eletrodomésticos em uma década e o volume recorde de vendas de automóveis, colocando o Brasil entre os 10 maiores mercados globais do setor.

"Bom dia, presidente Lula. Nossa indústria tirou nota 10 duas vezes esta semana. Maior aumento de vendas de eletrodomésticos (fogão, geladeira, televisão, ar-condicionado etc.) em 10 anos; e maior volume de vendas de automóveis entre os 10 maiores mercados do mundo. Nesta sexta-feira, 13, quem se assusta são os pessimistas!", escreveu o vice-presidente da República.

Alckmin ressaltou que a população está com "mais salário, mais renda e vivendo melhor, com mais qualidade de vida".

Os números refletem um aquecimento significativo do mercado interno, impulsionado por uma série de fatores, como

a melhora gradual da confiança do consumidor, a ampliação do crédito e as iniciativas de estímulo econômico adotadas pelo governo federal.

O aumento na venda de eletrodomésticos, como fogões, geladeiras e televisores, representa não apenas a retomada do poder de compra das famílias, mas também o impacto de ações voltadas à redução do custo de itens essenciais.

No setor automotivo, o cenário é igualmente positivo. O Brasil registrou o maior volume de vendas entre os 10 principais mercados do mundo, confirmando sua relevância global na indústria de veículos. Fabricantes destacam que a recuperação das cadeias produtivas pós-pandemia e a retomada de incentivos tributários foram fatores cruciais para o desempenho.

Além disso, as montadoras têm investido em modelos mais acessíveis e sustentáveis, acompanhando a demanda por carros populares e híbridos. Esse movimento, segundo analistas, também reflete a diversificação do portfólio de produtos no país.

Mulher de Camilo consegue cargo no TCE-CE

A mulher do ministro da Educação, Camilo Santana (PT), Onélia Santana, teve o nome aprovado, ontem, para uma vaga no Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE).

Após Onélia ser sabatinada na quinta-feira, pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da Assembleia Legislativa do Ceará (Alece), o nome dela recebeu parecer favorável na comissão e seguiu para apreciação final do plenário da Casa em sessão especial ontem.

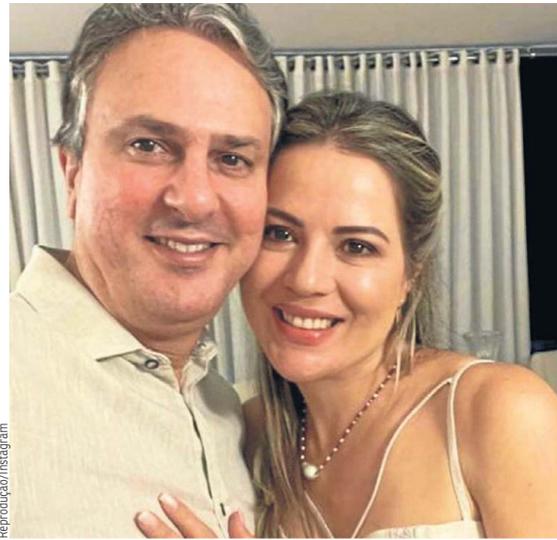
Com votação secreta e 41 parlamentares presentes, o placar ficou em 36 votos a 5 para que a psicopedagoga — doutora em ciências da saúde pela Faculdade de Medicina do ABC — ficasse com o cargo.

Onélia, que é secretária de Proteção Social do Ceará desde janeiro de 2023, vai integrar a Corte pelos próximos 33 anos, até atingir a idade de aposentadoria compulsória, aos 75 anos. O salário mensal dos conselheiros do TCE-CE é de R\$ 39 717,69.

Embora haja um domínio da base do governador Elmano de Freitas (PT), aliado e sucessor do ministro da Educação — Santana foi governador do Ceará entre 2015 e 2022 —, a sessão foi marcada por manifestações, sobretudo contrárias à indicação.

O deputado estadual Sargento Reginauro (União) criticou a mídia estadual por, segundo ele, não dar foco ao assunto durante a sabatina da indicada. "Sou mal, foi vexatória e desnecessária a indicação da esposa de Camilo Santana", disse, se referindo às notícias que repercutiram nacionalmente, citando que ela é a quarta mulher de um ministro do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em tribunais de contas pelo país.

Reginauro ainda questionou um critério técnico da indicação, sobre o regimento interno dizer que, para ser aprovada, a pessoa não pode ter respondido a



Camilo e Onélia Santana: salário no TCE-CE é de mais de R\$ 39 mil

nenhum processo criminal, afirmando que o "nada consta" apresentado pela secretária diz respeito ao momento atual, e não ao passado.

Romeu Aldigueri (PDT) pediu a palavra afirmando que a questão foi esclarecida por Onélia durante a sabatina, referente a um inquérito extinto do qual a secretária foi absolvida.

"Aparelhamento"

O deputado Queiroz Filho (PDT) também se manifestou, corroborando o questionamento sobre o requisito processual. O deputado ainda defendeu que a votação fosse aberta. Outro opositor, Carmelo Neto (PL) disse haver um "claro aparelhamento" no estado por parte do ministro da Educação e que todos já sabiam qual seria o resultado da votação. Os parlamentares também criticaram que a sabatina de Onélia no dia anterior não foi aberta para a imprensa.

Osmar Baquít (PDT) foi à tribuna para defender a indicação, afirmando que "é pura inveja, porque Camilo se tornou o maior líder político do estado" e afirmou que indicações também aconteceram em outros governos, citando Jair Bolsonaro (PL) nomeando dois ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e a proximidade deles com Michelle Bolsonaro.

Outros ministros do governo Lula têm esposas conselheiras em tribunais de contas: Renan Filho, dos Transportes; Rui Costa, da Casa Civil; Waldez Góes, da Integração Nacional; e Wellington Dias, do Desenvolvimento Social.

Pelas redes sociais, Onélia agradeceu aos parlamentares pela aprovação. "Trabalharei com afinco, pautada na transparência, na equidade e no respeito às leis. E honrarei a confiança depositada e os anseios de justiça e retidão que a sociedade demanda do TCE", escreveu.